

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Múltis disputam espaço no pré-sal	2
Título: Bolsonaro hesita em tirar Bezerra e teme irritar MDB.....	3
Título: Por cessão onerosa, Alcolumbre põe pressão na Câmara.....	5
Título: Cummins começa a vender motores movidos a gás no Brasil.....	6
Título: Perda de valor de elétricas atinge R\$ 145 bi.....	9
Título: Queda do estoque chinês dá suporte ao minério; Brent tem alta de 2,6%	11
Título: Acionistas da Petrobras aprovam nova diretoria	13
Título: Greenfield pede R\$ 825 milhões desviados da Petros	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Governo prepara linha de crédito para caminhoneiros	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: TST questiona silêncio de petroleiros sobre acordo com Petrobras	17
VEÍCULO: O Globo.....	18
Título: Senado e governadores fecham acordo sobre pré-sal	18
Título: Senado deve votar Previdência hoje no plenário	19
Título: Os dinheiros da Lava-Jato	22
Título: Não sabia de nada.....	23
Título: Apoio de Witzel à privatização da Cedae é essencial para o saneamento	24

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/10/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Múltis disputam espaço no pré-sal**

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) habilitou, ao todo, 14 empresas para o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, marcado para o dia 6 de novembro. A lista de inscritos mostra que a licitação será uma disputa entre figurinhas carimbadas que já atuam em águas profundas no Brasil. A exceção nesse grupo é a Petronas, da Malásia, que busca o seu primeiro contrato de exploração e produção de óleo e gás no país.

A malaia, uma das maiores petroleiras do mundo, vem mapeando oportunidades de negócios nos leilões da ANP desde 2017. Em 2013, a companhia chegou a fechar um acordo com a OGX para comprar 40% do campo de Tubarão Martelo, na Bacia de Campos, mas desistiu do negócio depois que a antiga petroleira de Eike Batista entrou em recuperação judicial.

O leilão dos excedentes da cessão onerosa ofertará os volumes que ultrapassam os 5 bilhões de barris aos quais a Petrobras tem direito de produzir nas áreas de Búzios, Atapu, Itapu e Sépia, no pré-sal. Os quatro ativos somam um bônus de assinatura da ordem de R\$ 106 bilhões.

Pelos altos valores envolvidos, a rodada atraiu, sobretudo, as gigantes do setor, como ExxonMobil, Shell, BP, Equinor, Total e Chevron - todas elas com expertise em operação de ativos em águas profundas.

As asiáticas, representadas pelas chinesas CNODC e CNOOC e a Qatar Petroleum (QPI), também estão entre candidatas à aquisição dos excedentes. Todas elas já atuam no pré-sal brasileiro. Por ofertar áreas com descobertas já identificadas, o leilão dos excedentes faz o perfil das estatais asiáticas, que geralmente entram nos leilões brasileiros como investidores financeiros, interessadas mais no acesso a grandes reservas do que na operação dos ativos.

Entre outras empresas que despontam como candidatas à aquisição dos excedentes estão a Shell, Total e Petrogal, que possuem áreas próximas às aquelas ofertadas no leilão, em jazidas que se conectam aos ativos do leilão. A lista de habilitadas é composta, ainda, pela alemã Wintershall e pela colombiana Ecopetrol.

Do lado de quem ficou de fora, a ausência mais sentida é a da espanhola Repsol, uma das três principais produtoras privadas de petróleo do Brasil.

A Petrobras é a única empresa nacional habilitada. A companhia manifestou o direito de preferência de entrar como operadora das áreas de Búzios e Itapu. Se confirmada sua vitória, pelos percentuais mínimos de participação, de 30%, a estatal terá que desembolsar R\$ 20,9 bilhões. A tendência, contudo, é que a Petrobras amplie sua fatia nos consórcios, para além dos percentuais mínimos. Nada impede também que ela entre, como sócia minoritária, nas demais áreas ofertadas.

Na semana passada, o governo deu um passo importante para viabilizar o leilão, na data prevista, ao chegar a um acordo com o Congresso para promulgação da PEC que altera o teto de gastos públicos e autoriza a União a pagar os US\$ 9 bilhões devidos à Petrobras pela revisão do contrato da cessão onerosa. O leilão ainda depende de um aval do Tribunal de Contas da União (TCU), que deve se reunir amanhã para aprovação do relatório final da licitação.

Na sexta-feira, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse que o edital da licitação já foi lançado e que “está tudo certo” para a realização da rodada. Ele destacou que o MME e o Ministério da Economia já responderam a todos os questionamentos do TCU e que, agora, aguarda apenas a aprovação, em plenário, dos ministros do tribunal sobre o relatório técnico sobre o leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/10/2019

Seção: Política

Autor: Por Fabio Murakawa e Renan Truffi — De Brasília

Título: Bolsonaro hesita em tirar Bezerra e teme irritar MDB

Com o presidente Jair Bolsonaro hesitante em retirar Fernando Bezerra (MDB-PE) do posto de líder do governo no Senado, o Palácio do Planalto estuda contemplar o partido com mais uma cadeira na Esplanada dos Ministérios. Envolvido em denúncias de corrupção, Bezerra é tido por Bolsonaro como um articulador hábil e sua saída seria considerada uma baixa importante.

Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, uma solução para agradar a maior bancada do Senado será entregar ao MDB o Ministério do Desenvolvimento Regional, atualmente ocupado por Gustavo Canuto, em uma minirreforma ministerial que deve ocorrer nos próximos meses. Essa operação, no entanto, será feita de maneira a sustentar o discurso de Bolsonaro de que ele não governa entregando cargos aos partidos em troca de apoio.

O possível indicado do MDB seria apresentado como “cota pessoal” do presidente, assim como já ocorre com Osmar Terra, ministro da Cidadania, e que tem mandato como deputado federal pelo MDB gaúcho.

Uma outra hipótese mencionada por emedebistas no Senado seria a indicação de Eduardo Braga (MDB-AM) para o **Ministério de Minas e Energia**, cargo que há ocupou na gestão Dilma Rousseff.

O momento mais propício para uma eventual substituição de Bezerra seria após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma da Previdência, matéria na qual o líder atua como principal articulador.

Auxiliares de Bolsonaro admitem ser importante não desagradar o MDB no Senado, onde tramitam matérias de interesse do governo e do presidente - como a reforma da Previdência e a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, para o cargo de embaixador nos EUA.

Nos corredores do Senado, desponta o nome de Marcos Rogério (DEM-RO) como possível substituto de Bezerra na liderança. O senador por Rondônia, porém, tem se recusado participar ativamente de uma articulação por respeito a Bezerra, segundo interlocutores.

No MDB, a avaliação é que o governo sairá perdendo sem a liderança de Bezerra, já que ele é tido como um dos articuladores mais habilidosos trabalhando em favor do Planalto no Congresso.

Além disso, alguns emedebistas duvidam que da capacidade de Bolsonaro para encontrar um substituto à altura do senador pernambucano, o que é considerado na Casa um fator decisivo para uma eventual substituição.

Ainda assim, os dirigentes da sigla rejeitam que sua demissão implicaria em perda de espaço da legenda na gestão Bolsonaro. Pelo contrário, os emedebistas insistem que Bezerra Coelho é “cota pessoal” do presidente e não foi uma indicação oficial do direção nacional da legenda.

Senadores governistas têm evitado se envolver diretamente no caso. Um fiel aliado do presidente Jair Bolsonaro viu com ressalvas o discurso de defesa de Bezerra durante sessão do Congresso na semana passada, após ter sido alvo de operação de busca e apreensão em sua casa.

Segundo este interlocutor, o emedebista criticou o açodamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Polícia Federal no episódio, mas gastou pouca saliva para se defender das acusações.

Por conta disso, alguns parlamentares que trabalham pelo governo têm defendido que Bezerra terá de fazer uma nova avaliação da própria situação por conta de fatos que continuam vindo à tona com a divulgação dos detalhes da delação do ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro. “É ruim para o governo manter um esqueleto desse no armário”, analisou uma fonte.

O porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, afirmou ontem em seu briefing diário com jornalistas que Bolsonaro não comentaria as denúncias contra Bezerra. Mas disse que o presidente vem acompanhando a situação de Bezerra e revelou que eles devem se encontrar nesta semana.

“O nosso presidente tem acompanhado a situação, inclusive com conversas telefônicas”, afirmou Rêgo Barros. “E me relatou que nos próximos dias receberá pessoalmente o senador Fernando Bezerra para conversas específicas relativas à liderança desempenhada pelo senador junto ao Senado.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Renan Truffi — De Brasília

Título: Por cessão onerosa, Alcolumbre põe pressão na Câmara

Acordo prevê que divisão de verba entre Estados e municípios será mantida mesmo com alteração por deputados

Diante da pressão de governadores de Norte e Nordeste, o presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), condicionou ontem a votação do projeto de lei que autoriza o crédito do leilão da cessão onerosa à aprovação na Câmara do acordo em relação ao rateio do bônus de assinatura entre Estados e municípios. O projeto, quando aprovado, permitirá que a União pague a dívida com a Petrobras relativa à revisão do contrato da cessão onerosa.

Alcolumbre prometeu que votará o crédito extra até dia 23 de dezembro, caso a Câmara aprove até o dia 6 de novembro a divisão dos recursos provenientes da assinatura do contrato, estabelecido em 15% para Estados e 15% para municípios.

A solução foi acordada durante reunião, na noite de ontem, que envolveu governadores de dez Estados, além de senadores, integrantes da equipe econômica, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE),

e também o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Tanto Bezerra quanto Onyx endossaram o desfecho.

Na prática, o acordo fechado coloca pressão sobre a Câmara para que a chamada PEC Paralela da cessão onerosa não seja alterada e garanta aos governadores o recurso previamente definido pelo Senado. Como parte dessa investida, governadores chegaram a colocar em jogo a votação da reforma da Previdência, ainda pendente de apreciação no Senado.

A reportagem do **Valor** apurou que, na reunião, ao menos dois governadores lembraram os membros do governo e do Congresso que eles apoiaram a reforma, inclusive pedindo votos na bancada. Por isso, esperam que tanto a Câmara como o governo Jair Bolsonaro cumpram o acordo de destinar parte da verba para as unidades da federação.

Como forma de impor essa saída, governadores e Alcolumbre acertaram com o governo que, caso a Câmara não mantenha o texto como aprovado no Senado, o Planalto vai editar medida provisória nos mesmos termos da PEC Paralela, para garantir a divisão com Estados e municípios.

Como o ministro da Economia, Paulo Guedes, estava fora de Brasília, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, liderou um grupo de técnicos da equipe econômica e endossou o acordo, segundo envolvidos na agenda. Após a reunião com Alcolumbre, também estava previsto um encontro, no início da madrugada de terça, entre os mesmos governadores e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que ainda voltava de viagem a São Paulo.

Representando os Executivos estaduais, o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), explicou que a razão da ofensiva são as “dificuldades” na negociação da divisão dos recursos do bônus na Câmara. Diante desse problema, eles optaram por buscar uma solução alternativa. Teremos hoje [ontem] ainda uma agenda com Maia para buscarmos essa votação. Não tendo essa votação, ficou comprometido em último caso a edição de uma MP com a representação do governo.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Marli Olmos — De São Paulo

Título: Cummins começa a vender motores movidos a gás no Brasil

Ao longo dos 27 anos em que trabalha na Cummins, Luis Pasquotto foi, algumas vezes, até a matriz da companhia, nos Estados Unidos, para discutir investimentos para produzir, no Brasil, motores a gás para caminhões e ônibus. Mas os planos eram sempre engavetados por falta de interesse no mercado brasileiro. Projetos nessa linha acabavam por “cair em descrédito”, lembra. Mas, agora, a perspectiva de aumento da oferta de gás no país, aliada à pressão da sociedade por redução de emissão de poluentes, faz Pasquotto, presidente da Cummins no Brasil, acreditar que chegou o momento de apostar nesse combustível para veículos comerciais.

Pasquotto ainda trabalhava como engenheiro de produção na Cummins quando iniciou suas incursões pela matriz com os primeiros planos para uso do gás natural em motores no Brasil. Mais tarde, ele assumiu a área de vendas e desde 2012 é o presidente da operação brasileira. Os argumentos que levou em suas últimas visitas à matriz foram convincentes e a empresa decidiu iniciar a venda, no mercado brasileiro, de motores a gás para caminhões e ônibus.

A Cummins já fez uma parceria com a Agrale para os primeiros projetos de desenvolvimento de uma linha de caminhões movidos a gás no país e daqui a duas semanas vai expor a novidade em São Paulo, na Fenatran, a maior feira do transporte rodoviário de carga da América Latina.

Inicialmente, o novo motor será importado dos Estados Unidos. Os planos de produção na fábrica de Guarulhos (SP) estão atrelados ao futuro crescimento da demanda. Inaugurada em 1974, a fábrica de Guarulhos, onde trabalham 1,4 mil dos 1,6 mil funcionários da empresa no país, mantém-se como o principal centro de produção da Cummins na América do Sul.

Além dos motores, a unidade produz filtros e geradores, além de produtos usinados, como blocos e cabeçotes de motor, também exportados, principalmente para os Estados Unidos.

Pasquotto está otimista em relação ao crescimento do uso de gás veicular no país. Para ele, um dos maiores estímulos é a intenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, de abrir o mercado de gás, o que reduziria o preço do produto. Além disso, ele aponta os sinais de interesse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de apoiar o uso desse tipo de energia.

A condução da política econômica também anima o executivo. “As coisas não estão acontecendo na velocidade que esperávamos no início do ano; principalmente em relação ao crescimento do PIB, mas estão acontecendo”.

Com a mudança de hábitos e a busca de novos tipos de energia no transporte, a Cummins, empresa que há exatos 100 anos produz motores a diesel, se vê obrigada a mudar o perfil. Será a transformação mais radical desde a fundação, em 1919, quando o empresário Clessie Cummins, instalou, em Indiana, uma oficina num antigo moinho para aprimorar o desenvolvimento de motores.

Para Pasquotto, a busca de energias alternativas “não significa que teremos uma solução única”. Segundo ele, globalmente a Cummins investe tanto na eletrificação quanto no gás natural, biocombustíveis e células de combustível.

Há poucos dias, a companhia adquiriu a Hydrogenics, empresa do Canadá, que fornece tecnologias de produção de células a combustível e de hidrogênio industrial. E na semana passada a Cummins e a Hyundai anunciaram uma parceria para o desenvolvimento e venda de sistemas elétricos e de células de combustível. No início, o foco será o mercado de veículos comerciais nos EUA.

No Brasil, a eletrificação levará mais tempo, segundo o executivo. “Não seremos os primeiros; não estamos afobados, somos cautelosos”, destaca. Segundo ele, a Cummins tem testado a tecnologia de veículos elétricos nos Estados Unidos, com ênfase em ônibus urbanos, principalmente na Califórnia, onde as regras de emissões são mais rígidas. “Mas aqui ainda estamos tratando o assunto muito passo a passo para poder entender a hora certa”, diz.

Para Pasquotto, o custo ainda elevado e a necessidade de investir em infraestrutura são os dois principais impedimentos para o aumento da demanda por veículos elétricos no Brasil. A tecnologia virá, no futuro, diz, começando por veículos com rotas definidas, como os caminhões de entregas e ônibus urbanos.

Já o motor a gás representa, diz, o executivo, uma inovação intermediária, entre o diesel e elétrico. “É uma tecnologia já pronta. Além disso, embora também exija expansão da infraestrutura de oferta do produto nos postos, o investimento nessa parte é bem menor do que no caso dos elétricos”, diz.

Para ele, por mais que alguns frotistas tenham a inovação e a sustentabilidade no foco de seus negócios, o custo operacional ainda é o que decide a escolha do veículo na hora da compra. “Enquanto a regulamentação de normas de emissões não forçar a mudança e o custo operacional não compensar não teremos demanda”, diz. “Ainda não chegamos num motor elétrico que não precise de subsídios e sabemos que a prioridade, no Brasil, hoje é destinar o orçamento público a outras necessidades”.

Pasquotto garante, porém, que o motor a gás que a empresa começará a vender no Brasil oferece índice de emissões de poluentes muito baixo. “É cerca de dez vezes menor do que o Euro 6”, afirma, referindo-se à regra que leva esse

nome na Europa e que no Brasil equivale à oitava fase do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve). A resolução estabelece regras mais rígidas de emissões em veículos comerciais em produção a partir de janeiro de 2023.

A direção da Cummins sabe que o uso do diesel e dos motores a combustão tende a cair progressivamente. “Mas isso levará muito tempo; talvez décadas”, destaca Pasquotto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Perda de valor de elétricas atinge R\$ 145 bi

Um novo estudo sobre o retorno do capital investido no setor elétrico indica que as empresas do segmento contabilizaram uma perda de valor acumulado de R\$ 145,3 bilhões no período entre 2011 e 2018. O levantamento inédito, feito pela KPMG em parceria com o Instituto Acende Brasil, indicou ainda que, excluindo-se a Eletrobras do cálculo, a perda de valor cai bruscamente para menos da metade, R\$ 70,3 bilhões, porém ainda em território negativo.

Lançado no momento em que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) discute o estabelecimento de novas taxas de remuneração regulatória para os segmentos de geração, transmissão e distribuição, o estudo gera uma reflexão sobre a necessidade de calibrar de forma adequada os indicadores que vão balizar os retornos regulatórios das empresas pelos próximos quatro a cinco anos.

“A constatação de EVA [sigla em inglês para Valor Econômico Agregado] negativo para o setor elétrico brasileiro -ou seja, retorno sobre o capital investido menor que o custo de capital -, em todos os anos considerados na amostra, abre caminho para sérias reflexões sobre as escolhas metodológicas e a dosimetria a serem adotadas pelo regulador na calibragem dos retornos regulados do setor por meio da estimação dos custos de capital regulatórios”, indicam a KPMG e o Acende Brasil no estudo.

“O regulador, quando ele faz uma calibragem adequada do custo de capital regulatório, permite que, com essa alocação de capital, o setor continue atraente no longo prazo para quem tem essa mentalidade de investimento em

infraestrutura”, diz o diretor executivo do Instituto Acende Brasil, Eduardo Monteiro.

O estudo considerou as informações contábeis de 47 empresas do setor elétrico, sendo 29 distribuidoras, dez geradoras, quatro transmissoras e quatro empresas que investem em geração e transmissão. Para o cálculo da geração de valor, foi levado em conta o custo de oportunidade do capital investido.

“Você tem indicadores tradicionais, como lucro e Ebitda [sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização], mas nenhum deles é robusto o suficiente porque não leva em conta o custo de oportunidade do capital investido. E, em um setor tão intensivo de capital como o de energia, isso é por natureza muito relevante”, afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Na nova metodologia adotada pela KPMG, foi considerado o custo de capital regulatório de 7,32% proposto pela Aneel para as geradoras que operam sob o regime de cotas e para as transmissoras. O indicador esteve em audiência pública e sua versão final deve ser definida ainda neste ano. A autarquia também deverá estimar nos próximos meses a taxa de remuneração para o setor de distribuição. Com o novo método, bastará incluir os números definitivos de taxa de remuneração aprovados pela Aneel no futuro para ter a versão atualizada sobre o desempenho econômico da indústria elétrica do país.

“Para tentar sermos o mais imparcial possível, usamos a visão da série história dos WACCs [sigla em inglês para custo médio ponderado de capital] regulatórios. De uma maneira geral, colocamos tudo o que o regulador tinha colocado. E vamos ter uma visão, se gera valor ou não, dentro da regra do regulador”, afirma Paulo Guilherme Coimbra, sócio da KPMG e um dos autores do levantamento.

A boa notícia é que o estudo identificou uma melhora na performance do setor elétrico nos últimos três anos, em relação aos anos anteriores. Mesmo desconsiderando os dados de 2016, que foram um “ponto fora da curva” devido ao efeito contábil das indenizações por investimentos não amortizados no setor de transmissão, o desempenho econômico do setor elétrico em 2017 e 2018 foi melhor (média de EVA negativo de R\$ 19,093 bilhões) do que aquele observado entre 2011 e 2015 (média de EVA negativo de R\$ 23,4 bilhões).

Outro fator positivo é que, mesmo com a perda de valor, o lucro operacional líquido após impostos registrado pelas elétricas em 2018 cresceu cerca de 8,2%

ante o ano anterior (para R\$ 32,7 bilhões). E, na mesma comparação, o capital investido aumentou 13% (para R\$ 463,8 bilhões). Para Monteiro, do Acende Brasil, o crescimento expressivo dos investimentos no setor nos últimos anos reflete segurança e estabilidade regulatória.

“Apesar de vermos uma estabilidade ainda no território negativo do EVA, as empresas não apenas continuam investindo, mas aceleraram a taxa de crescimento dos seus investimentos”, diz o diretor do instituto. “Estamos falando de um investidor que tem uma visão de longo prazo”.

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Reive Barros, concorda com essa visão. “É um setor robusto. Isso se percebe na quantidade de investidores nacionais e internacionais interessados em investir no Brasil”, disse, em evento do Funcoge, na última semana, no Rio.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, destacou o conjunto de negócios realizados no setor elétrico neste ano, que demonstra o interesse do investidor. Um dos exemplos foi a oferta pública inicial de ações (IPO na sigla em inglês) da Neoenergia, em junho, e que movimentou R\$ 3,744 bilhões.

Sobre a taxa de remuneração regulatória, ele disse que o número será definido neste ano. “Vamos abrir a segunda etapa da audiência pública. Aprimoramentos importantes foram feitos. Essa matéria tem que estar resolvida até 31 de dezembro, porque já no começo do ano que vem este número será usado. Agora estamos adotando a mesma regra para os três segmentos [geração, transmissão e distribuição], até de maneira para tornar o WACC mais coerente”, disse Pepitone, na última semana, no Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Queda do estoque chinês dá suporte ao minério; Brent tem alta de 2,6%

O minério de ferro e o petróleo tiveram comportamentos bem distintos ao fim do terceiro trimestre. O minério de ferro encontrou suporte no movimento de reestocagem das siderúrgicas chinesas, especialmente diante da proximidade do feriado prolongado do Dia Nacional celebrado nos primeiros dias de outubro, e encerrou setembro com ganhos acima de 10% no mercado transoceânico.

Com esse desempenho, a commodity anulou parte da perda de quase 30% acumulada entre julho e agosto e o ganho em 2019 avançou a 28,4%.

De acordo a publicação especializada “ Fastmarkets MB ”, o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao avançou 2,78% ontem, a US\$ 93,38 por tonelada. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais líquidos, para janeiro, avançaram 13 yuans, a 655,59 yuans por tonelada.

Segundo analistas ouvidos pela Fastmarkets, estoques limitados de finos de minério de Pilbara contribuíram para o avanço no mercado futuro. Além disso, um movimento de reestocagem de última hora por parte de siderúrgicas chinesas, em preparação ao feriado que se estenderá até o fim da semana, contribuiu para a alta.

No curtíssimo prazo, a tendência de valorização dos contratos futuros de produtos siderúrgicos e a expectativa de maior demanda de aço na China podem sustentar a curva ascendente, segundo analistas e participantes de mercado ouvidos pela publicação especializada.

De acordo com a Fastmarkets, palestrantes da conferência da Associação de Ferro e Aço da China (Cisa, em inglês) demonstraram “otimismo cauteloso” em relação à demanda de minério no retorno do feriado prolongado. No acumulado do ano até agosto, a produção de aço no país asiático subiu 9%, para 665 milhões de toneladas - pela primeira vez na história, o país poderá atingir a marca de 1 bilhão de toneladas de produção anual ou ficar muito perto dela.

Ao mesmo tempo, há receio de que o mercado experimente nova correção a partir do fim de outubro, quando começa a temporada sazonalmente mais fraca no ano para o setor. Analistas de bancos de investimento também destacaram em relatório que as remessas de minério para a China, a partir do Brasil, cresceram nas últimas semanas, contribuindo para o maior equilíbrio entre oferta e demanda no mercado global.

Já o barril do petróleo negociado em Londres, teve comportamento bem diferente do minério. Em setembro, a alta no barril do Brent foi de 2,6%, fechando ontem a US\$ 60,78. Segundo Gabriel Francisco, analista de Energia, Petróleo e Gás da XP Investimentos, a cotação deverá permanecer neste patamar, visto que não há grande pressão da demanda mundial. “Se não acontecer um movimento significativo no lado da demanda, o mercado irá continuar neste ritmo. Para dezembro, a expectativa é de preço na casa de US\$ 59,55.”

Segundo ele, mesmo com o atentado à refinaria Saudi Aramco, em meados de setembro, que reduziu a oferta da Arábia Saudita, o maior produtor da

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), não houve reflexo positivo na cotação do barril em setembro. “Arábia Saudita usou muito estoque para atender os contratos. E o cenário de alta por tensão geopolítica não se traduziu.”

Para Walter Vitto, analista de óleo e gás da Tendência Consultoria, os preços não devem reagir até o fim deste ano, em função da desaceleração da atividade econômica mundial. “O mercado está muito pautado na questão do humor com relação à guerra comercial entre China e Estados Unidos. Tudo vai depender das tratativas entre os países. Do contrário, nada deve mudar”, disse Vitto ressaltando que o cenário é de oferta em expansão, principalmente nos EUA, e de demanda mundial em queda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Acionistas da Petrobras aprovam nova diretoria

Foram aprovados também ajustes na redação sobre a distribuição de dividendos

Os acionistas da Petrobras aprovaram, ontem, um pacote com dez mudanças no estatuto da empresa. Dentre os principais pontos da reforma, está a criação da nova diretoria de transformação digital e inovação e a permissão para que um estrangeiro, no caso o uruguaio Nicolás Simone, assuma o cargo. A assembleia geral também definiu em R\$ 1,9 milhão a remuneração máxima do executivo, para o período entre outubro e março de 2020, e aprovou ajustes na redação sobre a distribuição de dividendos, em linha com a intenção do atual comando da estatal de rever o pagamento trimestral.

Com a aprovação dos acionistas, Nicolás Simone assume o cargo hoje. Até então, o estatuto da empresa exigia que os diretores fossem brasileiros natos ou naturalizados. A partir de agora, a exigência é que a pessoa apenas resida no país. Nicolás Simone é engenheiro de software e sistemas pela Universidade O.R.T - Uruguai e tem passagens por empresas como Itaú -Unibanco, Lojas Renner, AB InBev e Boticário.

A reforma do estatuto também ampliou, de sete para oito, o número máximo de diretorias, de forma a acomodar a criação da área de transformação digital. A remuneração máxima do novo executivo será de R\$ 1,9 milhão, mas o valor

não reflete, necessariamente, tudo o que ele receberá em seis meses - o montante inclui, por exemplo, o teto possível para remuneração variável.

Sobre o ajuste no pagamento de dividendos, o novo estatuto deixa mais claro para o investidor que a distribuição trimestral é facultativa. A reforma diz que a empresa “poderá realizar” a distribuição de dividendos intercalares ou juros sobre o capital próprio, com base nos lucros apurados em balanços semestrais ou em periodicidade inferior, considerando os resultados de cada trimestre. No estatuto até então vigente, o texto era mais taxativo, ao dizer que a Petrobras “levantará” balanços trimestrais e declarará a distribuição de dividendos ou JSCP, com base nos lucros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/10/2019

Seção: Finanças

Autor: Isadora Peron e Luísa Martins — De Brasília

Título: Greenfield pede R\$ 825 milhões desviados da Petros

Valor requerido é o triplo do dano causado

A força-tarefa da Operação Greenfield, que apura fraudes em fundos de pensão, protocolou ontem mais uma ação de improbidade administrativa para cobrar o ressarcimento de R\$ 825 milhões desviados da Petros, fundo de pensão da Petrobras.

Ao todo, 13 pessoas - além das empresas Providax Participações, V55 Empreendimentos e da massa falida do banco BVA - foram acionadas perante a 22ª Vara de Justiça Federal.

Entre os citados estão três ex-presidente da Petros (Luís Carlos Afonso, Carlos Fernando Costa e Wagner Pinheiro de Oliveira); os ex-diretores Newton Cunha, Maurício Rubem e Marcelo Amaro; e o ex-presidente do BVA Benedito Ivo Lodo.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF) em Brasília, o valor requerido é o triplo do dano causado - o cálculo do montante considerou a necessidade de devolução dos recursos e de reparação dos danos morais e sociais.

A força-tarefa aponta que as irregularidades aconteceram entre 2011 e 2012. Na época, quatro diretores da Petros autorizaram a compra de R\$ 95 milhões em Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) da Providax Participações, por meio de negociação fraudulenta e previamente combinada. Nesse contexto, o banco BVA afigurava-se como estruturador e agente de cobrança das operações.

As investigações demonstraram que os investimentos realizados pela Petros ocorreram em um momento de dificuldades financeiras enfrentadas pela Providax. Ou seja, ao aprovar as operações de aquisição das CCBs sem a realização dos estudos técnicos e das análises devidas, houve violação aos princípios de cuidado, de rentabilidade e de segurança.

Segundo os procuradores, os envolvidos agiram mediante um acordo prévio com os administradores do Banco BVA e da Providax, a fim de obterem vantagens pessoais, deixando de agir com o cuidado necessário para preservar os recursos do fundo e incorrendo em atos de improbidade administrativa.

O MPF pede, além do pagamento do valor, a perda de funções públicas, a suspensão de direitos políticos e a proibição de contratação com o poder público - direta ou indiretamente.

As irregularidades já haviam sido objeto de denúncia enviada à Justiça em abril deste ano. Isso significa que, com exceção das empresas agora processadas, os outros 13 acusados respondem também criminalmente pelas supostas ilegalidades.

Um balanço da Greenfield enviado na semana passada à Procuradoria-Geral da República (PGR) apontou que, ao longo do último ano, foram apresentadas 20 ações penais e de improbidade, com ressarcimento de cerca de R\$ 11,6 bilhões ao erário. No ofício, o grupo alertou que há “alta probabilidade” de paralisação dos processos judiciais diante do quadro considerado exíguo de procuradores com dedicação exclusiva.

Em nota, a fundação Petros afirma “que está comprometida com as melhores práticas de governança e responsabilidade na administração dos recursos dos participantes”. Também afirma que a “fundação vem colaborando de forma irrestrita com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e demais órgãos competentes, seguindo procedimento adotado desde o início das investigações nos fundos de pensão” e que “há processos de responsabilização contra ex-dirigentes no intuito de buscar ressarcimentos”.

O **Valor** não conseguiu localizar os demais citados até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/10/2019

Seção: Economia

Autor: Camila Turtelli Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Governo prepara linha de crédito para caminhoneiros

Publicado em: 01/10/2019 Ideia é editar uma medida provisória para oferecer recursos para a manutenção da frota com juros mais baixos e prazos mais longos

O governo deve diminuir as exigências e facilitar o acesso de caminhoneiros a linhas de crédito voltadas para manutenção da frota com juros mais baixos e prazos maiores. Segundo uma fonte que acompanha as discussões, o Executivo deve editar uma medida provisória para atender à reivindicação da categoria, que ameaçou deflagrar greve no início deste ano. Em abril, o governo liberou R\$ 500 milhões em financiamentos do BNDES. Na ocasião, os recursos seriam destinados a empréstimos de no máximo R\$ 30 mil por CPF. Em agosto, porém, apenas um empréstimo havia sido aprovado na linha BNDES Caminhoneiro. O banco então ampliou o limite para R\$ 100 mil e o prazo dos empréstimos passou de dois anos e meio para até cinco anos, com 12 meses de carência, para empréstimos que podem ser pedidos até 26 de maio de 2020.

A mudança, no entanto, não resolveu a situação segundo um dos líderes da categoria, Wanderlei Alves, conhecido como Dedéco. Segundo ele, há ainda entraves burocráticos que impedem os caminhoneiros de acessar esses financiamentos. “Hoje, o maior problema do caminhoneiro é a troca de pneu”, disse. Dedéco afirma que, a convite do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, vai participar de um encontro com presidentes de bancos nos próximos dias 9 e 10 em Brasília para tratar do assunto. Enquanto isso, a equipe do ministério também tem discutido a situação. Reunidos em uma sala no sexto andar do Ministério da Infraestrutura na sexta-feira, a secretária adjunta da Pasta, Viviane Esse, e representantes do BNDES e da subchefia de articulação e monitoramento da Casa Civil debateram o assunto.

Uma das propostas colocadas à mesa foi a de manter essas linhas de créditos em um limite de R\$ 100 mil, com foco na troca de pneus de caminhões. Outra ideia debatida foi a da possibilidade de os empréstimos terem prestações intercaladas seguindo a entressafra, ou seja, em alguns meses, os caminhoneiros não pagariam as parcelas. As linhas seriam oferecidas pela Caixa, BB e BNDES. O governo também deve incluir na MP a criação do Documento de Transporte Eletrônico (DTE), um sistema único para transporte de cargas.

Essa foi uma das promessas feitas à categoria pelo governo para reduzir a burocracia e baratear os custos do frete. O BNDES disse que vem promovendo “uma série de avanços em seus modelos de financiamento para contemplar as necessidades dos caminhoneiros nos últimos meses”. O banco lembrou que criou, no mês passado, uma linha de refinanciamento de dívidas que beneficia, inclusive, caminhoneiros. “O banco promove continuamente estudos e diálogos de forma a aprimorar os seus instrumentos disponíveis para atender a demandas da sociedade, entre as quais as dos caminhoneiros.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 01/10/2019****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: TST questiona silêncio de petroleiros sobre acordo com Petrobras**

Tribunal concede mais dois dias para manifestação, mas novo prazo não deve resolver o impasse que pode levar a greve da categoria

Rio de Janeiro - Em um despacho com críticas aos sindicatos de petroleiros, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) concedeu mais dois dias para que as entidades decidam se levarão a assembleia proposta do tribunal sobre o acordo coletivo de trabalho com a Petrobras.

A prorrogação, porém, não deve resolver o impasse, já que os sindicatos querem uma proposta oficial da Petrobras para levar a votação e a estatal mantém a disposição em não prorrogar o acordo vigente até a decisão final.

A mediação foi iniciada no fim do mês passado e a proposta entregue às partes no dia 19. Segundo o prazo original, Petrobras e sindicatos deveriam responder nesta segunda (30) se os termos foram aprovados ou não.

Na semana passada, os trabalhadores pediram mais tempo, mas mantiveram ameaças de greve.

No despacho desta segunda, o TST afirma que a proposta da mediação era mais favorável aos trabalhadores, ao manter benefícios que a Petrobras gostaria de cortar, e critica os sindicatos por não terem levado o texto para apreciação dos empregados em assembleia.

O TST afirma que foi a primeira vez que entidades sindicais se recusaram a submeter proposta de mediação à categoria profissional.

No tribunal, existe a preocupação de que a estratégia tenha como objetivo forçar uma greve de conotação política contra a venda de refinarias da estatal.

Os sindicatos alegam que só poderiam levar a assembleias uma proposta oficial assinada pela Petrobras.

Em ofícios enviados ao tribunal na semana passada, pediram mais prazo para negociar e afirmaram que o crono-grama estabelecido favorece a companhia, que se manifestaria depois dos trabalhadores.

“Temos a certeza de que se houve desequilíbrio, este foi muito mais em favor dos empregados da requerente, do que em favor da requerente [Petrobras]”, afirmou o vice-ministro do TST, Renato de Lacerda Paiva.

A proposta mantém o reajuste oferecido pela estatal mas faz a empresa ceder em cláusulas sociais.

Como exemplo de avanços pró-trabalhadores, ele cita a manutenção dos adicionais de horas extras e a permissão para liberação de dirigentes sindicais com o pagamento de salários.

O tribunal também manteve o percentual de contribuição da Petrobras no plano de saúde dos empregados, dentre outros.

“Mas é preciso que se compreenda que sem que a presente proposta seja submetida à categoria, não há como prosseguir no presente procedimento”, continua ele, dizendo que o tribunal priorizou a mediação da Petrobras em detrimento de processos de outras categorias.

A FUP (Federação Única dos Petroleiros) informou que vai convocar reunião do conselho deliberativo para debater o tema nos próximos dois dias.

A FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) afirmou que vai debater o tema em uma reunião agendada para quarta-feira (2).

Os sindicatos afirmam, porém, que já aprovaram indicativos de paralisação em caso de suspensão dos benefícios do acordo atual.

Procurada, a Petrobras não comentou o assunto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/10/2019

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA

Título: Senado e governadores fecham acordo sobre pré-sal

Aprovação do projeto que destina parte da renda do megaleilão depende da votação da destinação dos recursos a estados

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), condicionou ontem a aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) que abrirá espaço no orçamento da União para que a Petrobras receba parte do dinheiro oriundo do megaleilão do pré-sal à aprovação, pela Câmara dos Deputados, da destinação dos recursos a serem arrecadados. A decisão foi tomada em reunião com

governadores do Norte e do Nordeste, que se rebelaram contra a promulgação de apenas um trecho da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Cessão Onerosa, que permitiu a realização do megaleilão dos excedentes do petróleo do pré-sal, em 6 de novembro.

Alcolumbre anunciou a estratégia depois de receber um grupo de dez governadores, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não participou, pois está fora de Brasília

Na quinta-feira passada, o Congresso promulgou apenas a parte que permite o pagamento à Petrobras pelo contrato de cessão onerosa. O montante destinado a estados e municípios será decidido depois, em outra parte da mesma PEC, que já tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A Petrobras irá receber R\$ 33,6 bilhões. Os demais R\$ 72,8 bilhões ficarão com União, estados e municípios.

14 EMPRESAS INTERESSADAS

O Senado já aprovou destinar 30% do valor para estados e municípios, mais R\$ 2,1 bilhões ao Rio de Janeiro, onde estão os blocos a serem leiloados. É a divisão deste valor que está em jogo, e o governo temia que essa disputa atrasasse a promulgação da PEC e o leilão.

O governo tem até o próximo dia 15 para editar o PLN. A estratégia acertada é que a Câmara aprove até 6 de novembro —data do megaleilão— a outra parte da PEC, no mesmo formato acordado no Senado em setembro. Assim, o Congresso teria até 23 de dezembro para promulgar a proposta e aprovar o projeto de lei, garantindo a destinação dos recursos em 2020.

Caso isso não ocorra, Alcolumbre disse que o governo vai editar uma medida provisória para assegurar a divisão dos recursos, sendo 15% para estados e 15% para os municípios.

O megaleilão das quatro áreas do pré-sal na Bacia de Santos atraiu 14 empresas de 11 países. Estas incluem grandes como BP, Chevron, Shell e Total, além das chinesas CNODC e CNOOC.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/10/2019

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA E MARCO GRILLO BRASÍLIA

Título: Senado deve votar Previdência hoje no plenário

Presidente da Casa, Davi Alcolumbre, diz que esse será o único item da pauta e que há votos suficientes para aprovar a reforma. Governo vai monitorar destaques que podem diminuir economia em mais de R\$ 100 bilhões

Depois de uma semana de adiamento, o Senado pretende dar continuidade hoje à votação da reforma da Previdência, tanto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na parte da manhã, quanto em primeiro turno no plenário, prevista para ocorrer à noite. Para evitar obstruções, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), reuniu-se com os governadores das regiões Norte e Nordeste, para tranquilizá-los sobre a divisão de recursos a serem arrecadados no megaleilão do pré-sal marcado para novembro.

Temendo perdas para as contas estaduais, senadores dessas regiões ameaçavam a votação, depois que as presidências do Senado e da Câmara decidiram sancionar parte da PEC da Cessão Onerosa, para garantir a realização do megaleilão do pré-sal em novembro.

Ontem, as principais lideranças do Senado insistiram que não haveria surpresas na votação da Previdência, prevista para a semana passada e adiada para hoje. O adiamento foi provocado pela convocação de surpresa de sessão do Congresso Nacional, para analisar vetos presidenciais e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os prazos para votação estão apertados, e a aprovação hoje é estratégica para manter o cronograma.

Caso não avance, aumenta consideravelmente o risco de a aprovação final ficar apenas para o fim do mês. Alcolumbre marcou para amanhã outra sessão do Congresso para apreciação dos vetos do presidente ao projeto de lei eleitoral, o que inviabilizaria qualquer outra votação do Senado no mesmo dia.

ABONO PODE MUDAR

Mas, otimista, o presidente do Senado estima que a votação em segundo turno no plenário deve ocorrer entre terça e quarta-feira da semana que vem e afirmou que há folga “razoável” para garantir a aprovação do texto. Segundo ele, há de 60 a 63 senadores favoráveis à reforma, quando é necessário o apoio de 49.

—Esse deve ser o único item da pauta de amanhã (hoje) no Senado por conta do acordo do calendário que construímos —disse em evento no Rio.

A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), que criticou publicamente o adiamento da semana passada, disse que já há acordo firmado para a votação e garantiu que a convocação do Congresso não vai atrapalhar a discussão da Previdência:

—São dias distintos.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), também reforçou a expectativa positiva em torno da votação. A estratégia será marcar uma reunião de líderes logo na manhã de hoje para chegar a um consenso sobre os procedimentos para evitar atrasos. Será definido, por exemplo, quantos destaques serão apresentados. Ele acredita que serão entre nove e dez destaques a serem votados em separado na CCJ:

— O procedimento é votar o relatório do senador Tasso (Jereissati, do PSDB-CE), que caminha para a rejeição de todas as emendas apresentadas. Vamos apoiar e depois vamos votar cada destaque de forma individual.

Bezerra admite que o governo estará atento a dois destaques que, se aprovados, forçariam o retorno da PEC à Câmara. Os partidos da oposição (PT, PROS, Rede, PDT, PSB e Cidadania) vão tentar derrubar pelo menos dois dispositivos: um que trata do abono salarial e prevê uma economia de R\$ 76,4 bilhões em uma década e outro que fixa idade mínima para trabalhadores que lidam com atividades prejudiciais à saúde (aposentadorias especiais), cujo impacto estimado é de R\$ 57,6 bilhões. Atualmente, quem trabalha nessas atividades não precisa ter idade mínima para se aposentar.

—Temos que ficar atentos a dois destaques que passaram com placar muito apertado na CCJ, a questão da aposentadoria especial e do abono salarial. Esses dois foram definidos por um voto. São dois destaques que certamente merecerão muito acompanhamento. Estamos conversando com todos os membros da CCJ para que possamos manter o relatório do senador Tasso — afirmou o líder.

DESTAQUE DA FEBRABAN

Outro destaque, que estava sendo articulado pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), pede a retirada do texto do aumento de 5% na alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o que reduziria o ganho fiscal da reforma em R\$ 19,2 bilhões em dez anos.

A preocupação em manter o cronograma, procurando aprovar a PEC em dois turnos até 10 de outubro, deve-se a uma agenda paralela às atividades do Legislativo que vai desviar a atenção dos senadores e dispersar os esforços para aprovação do texto. No dia 13, uma comitiva de parlamentares vai a Roma para acompanhar a canonização da Irmã Dulce. Uma semana depois, dia 20, haverá grande celebração em Salvador.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/10/2019****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Os dinheiros da Lava-Jato**

A Lava-Jato é a mais bem-sucedida operação de combate à corrupção se for considerado o valor do dinheiro ressarcido. Como mostrou a reportagem deste jornal ontem, aproximadamente R\$ 2 bilhões do dinheiro desviado já voltaram aos cofres públicos, somente pelos delatores. Mas há também o que foi pago pelas empresas em acordos de leniência. Só o JBS está pagando parcelado uma dívida R\$ 10,3 bilhões corrigida pela inflação. Tem ainda o que foi pago pela Petrobras pelo acordo com o Departamento de Justiça americano que já está indo para cobrir despesas públicas.

Os acordos de leniências das empresas foram fechados com instâncias diferentes do setor público. Alguns com o Ministério Público Federal, outros com a AGU, outros com o Cade. É difícil saber tudo o que será pago ao fim do processo. Para se ter uma ideia, o acordo do MP com a JBS prevê pagamento de R\$ 10,3 bi em 23 anos corrigido pelo IPCA. Já pagou quatro parcelas semestrais, um pouco mais de R\$ 200 milhões, segundo apurações da coluna. Talvez o JBS tenha que antecipar pagamentos, em duas circunstâncias: se o STF decidir revisar as colaborações, e se o grupo fizer um acordo com o Departamento de Justiça de pagar em período mais curto.

O governo tem recebido dinheiro, mas perdeu muito mais. O jornal “Estado de S. Paulo” trouxe uma estimativa feita pelo presidente do BNDES, Gustavo Montezano, de que o potencial de perdas com a Odebrecht pode ser de R\$ 14,6 bilhões. Só que ele não disse que critério usou. Esse valor de R\$ 14,6 bilhões é o total de dívida das empresas do grupo em recuperação judicial. Algumas têm garantia — como ações da Braskem, por exemplo. No caso da Atvos, tem que ser descontado o custo da Brenco, uma empresa de açúcar e álcool, com dívidas impagáveis, que o banco pediu para a Odebrecht assumir em troca de um financiamento. Enfim, a conta precisa ser bem feita e, na verdade, não é preciso exagerar porque as perdas do BNDES serão grandes mesmo, tanto com a Odebrecht quanto em outras operações que vêm sendo investigadas por corrupção.

Na reportagem publicada ontem pelo GLOBO, o repórter Gustavo Schmitt fez um levantamento de tudo o que já foi pago nas delações premiadas. Até agora, chega a R\$ 1,837 bilhão pagos por delatores. O valor total, ao fim das parcelas, será R\$ 3,1 bilhões. Há outros recursos que voltam aos cofres públicos mesmo

que não sejam de delatores, como os R\$ 77 milhões descobertos pela Lava-Jato em contas no exterior de Renato Duque.

O que causou polêmica foi o dinheiro do acordo entre a Petrobras e o Departamento de Justiça americano. Os procuradores de Curitiba pensaram em criar uma fundação destinada a combater a corrupção, e a PGR entrou no Supremo contra a ideia. Neste mês, foi fechado um acordo entre o governo, a PGR e o Supremo, através do ministro Alexandre de Moraes, e o dinheiro foi destinado em grande parte para Amazônia e educação. Falado assim parece ótimo, porque são duas grandes emergências, mas é preciso ficar ainda mais transparente a destinação do dinheiro. Um dos objetivos do ministro Ricardo Salles é usar no que ele define como “regularização fundiária”, que pode acabar levando recursos para quem ocupou indevidamente terra pública. Um governo que defende posições controversas precisa explicar melhor como pretende usar o dinheiro que volta aos cofres públicos. Já na Petrobras, segundo a empresa, todo o dinheiro devolvido pela Lava-Jato entrou no caixa para ser usado como a estatal achou mais necessário.

Em inúmeros casos de combate à corrupção houve revelação sobre perdas. O que torna a Lava-Jato diferente de outras operações é a capacidade demonstrada de fazer os corruptos devolverem o dinheiro do assalto aos cofres públicos.

Esses montantes que voltaram demonstram claramente que a operação não foi uma perseguição política contra um único partido, mas sim investigação sobre crimes cometidos contra os cofres públicos por empresas e políticos. Pode-se criticar vários aspectos da operação, como a intimidade que se revelou existir entre o juiz Sérgio Moro e os procuradores de Curitiba. Mas os recursos retornados são a prova da corrupção que de fato ocorreu no Brasil. É difícil argumentar diante da materialidade do dinheiro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Não sabia de nada

O MP Federal chamou para dar explicações a gigante KPMG, que auditava as contas da Petrobras na época dos roubos. É para a empresa explicar como não identificou os desvios.

Política de austeridade

O farto lanche tradicionalmente oferecido nas assembleias de acionistas de Petrobras, com bolo, sanduíches e sucos, foi trocado, no encontro de segunda, por café e água.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/10/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Apoio de Witzel à privatização da Cedae é essencial para o saneamento

Governador admite venda de ações da estatal e abertura a concessões, necessárias mesmo sem a crise fiscal

A baixa qualidade da representação política no Rio de Janeiro está presente em muitas mazelas de que o estado e a cidade padecem. Na raiz de graves problemas que afligem fluminenses e cariocas encontra-se, além de fortes traços do clássico populismo brasileiro, uma grande subordinação de instituições do estado a corporações do funcionalismo público, incluindo estatais.

É indiscutível que o Rio sofreu, além do impacto da grande recessão nacional do biênio 2015/16, os efeitos diretos da queda da cotação internacional do petróleo, da qual depende o valor dos royalties pagos aos estados produtores e respectivos municípios. Pelo fato de o estado fornecer 70% do petróleo produzido no Brasil, o choque desta crise nas finanças fluminenses foi enorme.

Na gestão Pezão/Dornelles, o estado aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal, que deu ao Rio grande alívio financeiro por três anos, ao suspender o pagamento da dívida ao Tesouro, mas estabeleceu contrapartidas, para o estado fazer um necessário e óbvio ajuste.

Aqui entraram em ação as corporações e a insensatez de parte da classe política local, apesar da importância do ajuste fiscal previsto no acordo assinado com o Tesouro. Porém, a Assembleia Legislativa do estado (Alerj), principalmente, raras vezes demonstrou entender o que acontecia com o Rio de Janeiro. E a prevista privatização da Cedae, empresa pública de água e esgoto, nunca tramitou com facilidade, devido às resistências políticas e corporativistas.

Agora, enfim, o governador Wilson Witzel, que na campanha eleitoral se colocou contra qualquer mudança no controle acionário da estatal, acaba de admitir a venda de ações da companhia no mercado ou a licitação de áreas de atuação da estatal para a iniciativa privada. Estes nove meses de governo devem ter mostrado a Witzel que não há outra alternativa. Mesmo que a

situação fiscal do estado estivesse equilibrada, a Cedae necessitaria de mudanças radicais na sua gestão.

Com ou sem crise fiscal, a estatal é responsável por índices indigentes na região: a cidade do Rio, a segunda maior do país, trata apenas 46% do esgoto coletado, e está em 51º lugar no ranking do Instituto Trata Brasil, que acompanha o setor de saneamento básico. Enquanto isso, concessões de áreas que eram da Cedae —Niterói e parte da Zona Oeste —avançam nos investimentos e nos serviços.

Do ponto de vista técnico, não há dificuldades. O BNDES acaba de concluir o projeto de dividir a Cedae em quatro concessões ao setor privado, mantendo-a como fornecedora de água. A dificuldade de Witzel é enfrentar os obstáculos políticos de sempre. Precisa fazê-lo com vigor.

MME / ASCOM .